



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017407-63.2006.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução**
 Requerente: **Angelo Fontana Neto**
 Requerido: **José Calixto Fontana**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 07 de maio de 2014, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 1855/06

PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
1ª Vara Cível de São Carlos
Processo nº 1855/06

VISTOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

ANGELO FONTANA NETO ajuizou Ação **DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE** em face de **JOSÉ CALIXTO FONTANA**, todos devidamente qualificados.

Segundo a inicial as partes constituíram uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada através de contrato escrito que deveria girar sob a razão social de “Fontana & Fontana LTDA”. Requerente e requerido são sócios e irmãos e assim sempre cuidaram de todos os negócios que envolvia a sociedade, tendo adquirido um imóvel, onde pretendiam edificar um barracão com finalidade de mudar a sede da empresa. Em razão de uma desavença com o requerido no mês de Abril/2000, o autor foi expulso do local de trabalho e proibido de ter acesso ao imóvel.

O autor roga que o Juízo DISSOLVA PARCIALMENTE A SOCIEDADE ESPECIFICADA, “resguardando a integralidade de sua participação, consubstanciada no seu capital e lucros inseridos na sociedade” (textual de fls. 05, item 11), ou seja, “com base em apuração de haveres que encontra e valores reais e tudo o mais o que constituir o fundo de comércio e não apenas valores históricos ou contábeis” (textual de fls. 05, item 11).

Cautelarmente solicitou a exibição dos livros contábeis dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 e ainda de extratos bancários de algumas contas.

Ao se defender o requerido confirmou que a “affectio societatis” não mais existe já que o autor, comandando a empresa, sempre praticou “atos de gestão” considerados péssimos e impróprios para a vida da sociedade” (textual de fls. 85); outrossim, coube ao autor “abandonar” o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

estabelecimento por vontade própria “para fugir às responsabilidades advindas do mau gerenciamento que praticou, financeiramente falando” (textual de fls. 86, “*in fine*”).

Réplica a fls. 126/129.

Pelo despacho de fls. 178 foi determinada perícia contábil.

Laudo encartado as fls. 500/515, com complementação as fls. 583/585.

Tentada a composição a mesma resultou infrutífera (fls. 565/566); nova tentativa se deu a fls. 577, onde as partes solicitaram o sobrestamento do feito.

A instrução foi declarada encerrada pelo despacho de fls. 591; o requerido encartou seus memoriais finais as fls. 592/611; o autor não se manifestou em termos de alegações finais.

Sobre a petição de fls. 614/615, o autor se posicionou as fls. 760/761.

RELATEI.

DECIDO.

Depreende-se da leitura do contrato social trazido as fls. 15/48 que a sociedade existe por prazo **indeterminado** (cláusula sexta – fls. 17).

Reza o artigo 1.029 do Código Civil vigente que o direito de retirada do sócio deve ser exercido mediante **notificação** aos demais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. No presente caso, o requerido foi apenas citado, para o processo, o que se deu em data de 23/04/2007 (o mandado foi juntado em 26/04/2007 – cf. fls. 79/81).

A ausência de notificação prévia não é fato impeditivo do ajuizamento da ação de dissolução parcial; com ela se busca evitar a surpresa da retirada; ocorre que no caso me parece claro que a ciência se deu por outros meios, até porque se trata de LIDE entre colaterais.

Outrossim, por não ter sido convencionado entre os sócios um prazo determinado para a duração da sociedade, não se exige a prova de justa causa para a saída.

Não se confundem, como é óbvio, a exclusão forçada de sócio (expulsão) com o pedido de retirada (recesso), formulado pelo próprio sócio que pretende sair da sociedade. O ponto comum das duas figuras é o fato da liquidação da quota do sócio excluído ou retirante, mediante apuração de seus haveres.

No caso, o autor não provou como lhe cabia ter sido afastado da sociedade; assim, remanesce a segunda figura.

A vontade de extinguir o liame societário é soberana, uma vez que ninguém pode ser obrigado a permanecer, indefinidamente, associado (Cfr. Marcelo Barbosa Filho, Código Civil Comentado, Coord. Min. Cezar Peluso, Manole, 2ª Ed., p. 958).

Apenas para que não parem dúvidas, cabe salientar que o mencionado art. 1.029 é plenamente aplicável ao caso dos autos, de sociedade limitada, em decorrência da aplicação subsidiária prevista no art. 1.053, caput, do mesmo “códex”. No magistério de PRISCILA M. P. CORRÊA DA

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

FONSECA, “enquanto vigorar a aplicabilidade às limitadas das normas relativas às sociedades simples, não se vislumbra razão que justifique a impossibilidade de incidência da faculdade contemplada no art. 1.029 às sociedades limitadas” (DISSOLUÇÃO PARCIAL, RETIRADA e EXCLUSÃO DE SÓCIO, ATLAS, 4ª ED., P. 16).

Tais dispositivos, conjugados, se referem a uma faculdade do sócio conhecida como “denúncia vazia”, desmotivada, que autoriza a sua saída na sociedade por prazo indeterminado, subordinada apenas à sua vontade, sem necessidade de prova de justa causa.

Extrai-se dos autos intensa divergência entre as partes, revelando inequívoco o desaparecimento da AFFECTIO SOCIETATIS.

Como já dito, no presente caso, não houve a notificação do requerido, apenas a citação (cf. fls. 79/81).

O autor é o sócio dissidente e segundo posição externada na defesa, o réu pretende manter o negócio (previsão dos artigos 1031 e 1033, parágrafo único do Código Civil)).

Da análise do contrato social, é possível constatar que o autor possui 50% (cinquenta por cento) das quotas sociais. Pela cláusula Sétima (cf. fls. 20), ficou prevista “a gerência cumulativa por ambos os sócios, que se obrigaram a cooperar com seu trabalho e atividade para o desenvolvimento e progresso dos negócios sociais, bem como se consultar, nos que diz respeito aos compromissos e obrigações que a sociedade viesse a assumir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante disso, é razoável entender que o autor deve arcar com os atos de gerência da sociedade na proporção de suas quotas sociais, até a data da citação quando formalizou sua vontade de retirada.

O simples fato de a sociedade ter passivos, inclusive fiscais, pendentes, não implica na vedação do direito de recesso do sócio. Claro que eventuais credores, titulares de créditos anteriores à retirada, poderão postular eventual desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, com o escopo de atingir os patrimônios dos sócios.

Anoto que, em virtude da retirada do autor da sociedade, o réu deverá reconstituir a pluralidade de sócios no prazo fatal de cento e oitenta dias, nos exatos termos do artigo 1.033, inciso IV, do Código Civil, ficando ressalvada, a possibilidade de transformação do registro da sociedade para empresa individual ou para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, desde que respeitado o prazo de 180 dias, pena de dissolução total da sociedade.

Far-se-à a dissolução nos moldes do art. 1031 do Código Civil, in verbis:

“Art. 1031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-à, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo 1º: O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Parágrafo 2º: A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário.”

Como a prova amealhada não é suficiente para definição de eventual direito de indenização do sócio retirante, aliás o próprio “expert” mencionou que os livros contábeis da empresa foram fabricados de forma intempestiva e que as notas fiscais não servem para atestar a contabilidade da empresa, os haveres deverão ser apurados na sequência, ficando condicionados a existência de patrimônio após liquidação das dívidas que a empresa possui em várias demandas em curso por este Juízo.

É de entendimento reiterado no Superior Tribunal de Justiça que o momento da apuração dos haveres deve coincidir com o momento que sócio retirante manifesta a sua vontade de deixar a sociedade (no caso a data do chamado).

A respeito do tema, confira-se: “Direito Societária. Recurso especial. Dissolução parcial de sociedade limitada por tempo indeterminado. Retirada do sócio. Apuração de haveres. Momento. A data-base para apuração dos haveres coincide com o momento em que o sócio manifestar vontade de se retirar da sociedade limitada estabelecida por tempo indeterminado” (REsp 646221 / PR RECURSO ESPECIAL – 2004/0031511-7 – Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS).

No mesmo sentido Apelação n. 0000968-61.2010.8.26.0137 do TJSP.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO**, apenas para: a) reconhecer e decretar a dissolução parcial da sociedade, com a exclusão do autor do quadro societário; b) determinar a apuração de haveres considerando todo o ativo e o passivo da empresa até a data da citação, ou seja, 23/04/2007. Caso verificado saldo positivo, mediante perícia contábil na fase da liquidação, (por arbitramento); o autor de receberá seus haveres observada sua participação societária.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas na proporção de 50% para cada uma e cada qual arcará com os honorários de seus respectivos patronos.

P. R. I.

São Carlos, aos 05 de agosto de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**